

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: IMPLICAÇÕES NO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL E SOCIAL

Neila Gonçalves Vinente¹

Elízia Peres Celestino²

Ana Cláudia da Silva Oliveira da Cruz³

Laura Marcela Cubides Sánches⁴

Eliane Regina Martins Batista⁵

RESUMO

O presente artigo tem como finalidade discutir a respeito da formação continuada de professores e como esta pode vir a interferir no processo de desenvolvimento educacional e social dos sujeitos. Este estudo partiu de uma pesquisa bibliográfica que propôs a explanação acerca da busca da escolarização como mecanismo de desenvolvimento social e humano, visto que, a educação é direito de todos, cabendo à família e ao Estado intervir com objetivo de desenvolver o potencial dos indivíduos. Sabemos que para alcançarmos uma educação de qualidade requer muito mais do que apenas propor formações continuadas para professores, embora estes conquistem subsídios para exercer uma melhor prática. É preciso investir em outros indicadores que de alguma forma interferem para que não haja um ensino de qualidade, como: infraestrutura, material didático e pedagógico, merenda e outros. Todavia, o papel do professor é imprescindível, pois é através da sua prática que ele busca cooperar para formação de sujeitos autônomos, críticos e ativos na sociedade, e não sujeitos heterônomos que aceitam o que é determinado pelo outro, sem questionar ou posicionar-se. Contudo, não podemos afirmar que a formação não contribui, no entanto, é preciso um trabalho em rede em prol de único objetivo, é necessário compreender a formação continuada dos professores e suas implicações no desenvolvimento educacional e social.

Palavras-chave: Formação, Professor, Desenvolvimento Educacional e Social.

INTRODUÇÃO

A educação está sempre nos discursos dos órgãos governamentais em busca de uma melhor qualidade, para isso, são criadas políticas educacionais, programas e pactos, visando a formação de professores, pois, acredita-se que através do aprimoramento na prática do professor

¹Mestranda pelo Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas/UFAM/AM, autorneilavinente@hotmail.com, Bolsista FAPEAM;

²Mestranda pelo Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas/UFAM/AM, coautoreliziapcel@gmail.com, Bolsista FAPEAM;

³Especialista em Metodologia do Ensino da Matemática e Física pela UNINTER, coautorana-claudiacruz@hotmail.com; Professora Educação Básica;

⁴Mestranda pelo Curso de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas/UFAM/AM, coautorlauracubides20@gmail.com, Bolsista CAPES – Organização de Estados Americanos.

⁵ Professora orientadora, Doutora em Educação; Docente adjunta da UFAM, Campus Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente/IEAA-AM, anny_tista@hotmail.com.

é possível atingir este objetivo. Nesse sentido, necessita-se atribuir sentido à aprendizagem, transformando-a em conhecimento significativo para que este ajude a resolver os problemas presentes no contexto social.

Partindo desse pressuposto, a qualidade da educação é vista como a solução da crise que atravessa os sistemas escolares no continente sem que se problematize esta expressão, relacionando-a com o tipo de sociedade e cidadania que se quer construir e as diferentes abordagens que dela podem ser feitas. É preciso formar sujeitos alfabetizados para cidadania, que possua consciência do seus direitos e deveres, de forma crítica e reflexiva, atuando de maneira que possa intervir no meio em que está inserido. (CANDAU, 2000, p. 12).

O interesse por uma educação de qualidade não está voltado apenas para formar sujeitos ativos na sociedade, mas para preencher lacunas nos sistemas escolares, pois, são muitos os indicadores que interferem direta ou indiretamente para que não haja um ensino de qualidade, estes indicadores vão desde a falta de material à estrutura das escolas, que muitas vezes são precárias. Sendo assim, para alcançamos a educação de qualidade é necessário nos apoiarmos na Lei.

Nessa conjuntura, a UNESCO (2004, p. 18) ressalta que “o papel do professor, sua formação, competências e carreira constituem temas candentes entre os debates sobre educação, nos aspectos políticos e pedagógicos. Muitos desses debates têm dado origem a políticas públicas para a educação”. Partindo desse pressuposto, este trabalho tem como propósito realizar uma discussão acerca da formação de professores, visando compreender como esta pode interferir no desenvolvimento educacional e social dos indivíduos, ressaltando o papel da educação como fator contribuinte nesse processo de desenvolvimento de sujeitos crítico e participativo na sociedade.

Diante disto, este trabalho foi elaborado com base teórica em Candau (2000), Cury (2002), Rossini (2008), Orth, Medeiros e Pereira (2001) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei 9394/1996). Foram estes aportes teóricos que contribuíram para traçar a discussão acerca da formação continuada dos professores e suas implicações no desenvolvimento educacional e social, o qual objetivou trazer reflexões pertinentes sobre a temática em questão.

A EDUCAÇÃO COMO FATOR CONTRIBUINTE PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A educação, como sabemos, inicia-se no seio familiar por meio da educação informal, competindo à escola apenas a educação formal, ou seja, a educação pautada nos conhecimentos

sistematizados. No entanto, em alguns casos ainda cabe à escola ensinar os valores, tais como: respeito às diferenças e ao próximo, costumes, liberdade de expressão e outros. A educação formal é direito atribuído a todos por Lei, através das políticas públicas.

Nessa perspectiva, as políticas públicas podem ser entendidas como conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a atuação de entes públicos ou privados, visando assegurar determinado direito de cidadania, correspondente aos direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam com o reconhecimento por uma parcela da sociedade ou pelos poderes públicos, como por exemplo, a educação.

Conforme aponta o Art. 2º da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9394/96): “a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Nesse contexto, o papel da família e do Estado são fundamentais para desenvolver o potencial dos sujeitos, desse modo, a alfabetização dos indivíduos não deve expressar apenas a escrita de códigos linguísticos, matemáticos, ciências naturais e sociais, é preciso alfabetizar para a cidadania.

É preciso uma luta contínua por direito à educação, pois, é a maneira de resistir à injustiça. Para Ihering (2008, p. 22) “a luta não é, pois, um elemento estranho ao direito, mas sim uma parte integrante de sua natureza e uma condição de sua ideia”. Em razão disso, não devemos nos esquivar frente às injustiças, devemos ser sujeitos críticos, que lutam pelos seus ideais, através de seus direitos atribuídos pelas leis. Resistir à injustiça é um dever do ser humano, e o não acesso à educação é uma violação desse direito adquirido constitucional.

Para Cury (2001, p. 260) o ingresso à educação formal é um meio de abertura que permite ao indivíduo chave de autoconstrução, e de se reconhecer como sujeito capaz de realizar opções. Desse modo, o direito à educação é considerado uma oportunidade de crescimento do cidadão, e o caminho de opções diferenciadas. Vale ressaltar que, é por meio da educação que formamos sujeitos críticos, reflexivos e ativos na sociedade, não apenas reprodutores de conteúdo.

Lopes (2011, p. 08) ressalva ainda que a escola deve,

Organizar-se de forma a dar condições aos estudantes de desenvolverem habilidades e competências necessárias para compreensão de uma nova sociedade de natureza complexa, competitiva e carente de valores morais e éticos e de cidadãos críticos e reflexivos, conscientes de seu papel na família e na sociedade.

Dessa maneira, a escola tem o papel fundamental na construção do ser humano como sujeito social, ativo, reflexivo e com valores e conhecimentos capazes de atuar criticamente no meio em que vive, pois,

A escola assim concebida é um espaço de busca, construção, diálogo e confronto, prazer, desafio, conquista de espaço, descoberta de diferentes possibilidades de expressão e linguagens, aventura, organização cidadã, afirmação da dimensão ética e política de todo processo educativo. (CANDAUI, 2000, p. 15).

O campo educacional pode ser entendido como local em que encontram-se diversas teias de relações, é onde surgem as descobertas, os interesses, a busca por conhecimento. Para esta autora, a realidade educacional é muito mais heterogênea e plural do que a descrição, fazendo-se necessário que no âmbito da educação, não caiamos na armadilha do pensamento único.

Candau (2000) afirma que a educação nas sociedades em que vivemos, complexas, contraditórias e desiguais, realiza-se em diferentes âmbitos, instituições e práticas sociais, visto que, a educação não é neutra, por isso, acaba reproduzindo o que é imposto pela sociedade. Os sujeitos veem na educação o meio de progredir na vida, e alcançar a qualidade de vida e progresso por meio da escolarização, no entanto, sabemos que esta qualidade de vida não se aplica a todos, pois uns podem almejar o progresso e outros não. Contudo, a educação é vista na maioria das vezes como o meio de ter acesso aos bens sociais e materiais, mas, além disso, como mecanismo de emancipação do sujeito.

Saviani (2006) em sua obra *O legado educacional do século XX no Brasil* afirma que, as questões sociais e políticas contribuíram para a materialização e ampliação do sistema educacional brasileiro, principalmente para as transformações sociais. Para este autor, a educação como política pública, só ocorreu devido à expansão econômica, urbanização e com o aumento da população, logo o Estado começou a ampliar os sistemas de ensino conforme determina ordem social.

Para este autor embora a educação seja amparada por Lei, ela permanece apenas no papel, e não são efetivadas pelas forças dominantes, devido a isto não disponibilizamos de uma educação gratuita, laica e nem igualitária, porque ainda existem muitas escolas privadas, mantidas pelas forças dominantes, às quais preferem pagar intuição privada a pôr seus filhos em uma escola pública, pois a escola pública é somente para os filhos dos pobres. E até hoje vivemos desse dilema, as leis foram criadas para atender às necessidades da sociedade, mas as mesmas não se concretizam porque vivemos num país capitalista, onde se visa apenas o lucro, formando apenas mão-de-obra para atender ao país.

Diante disto, pode-se afirmar que a escola é o local onde se promove diversas aprendizagens, além disso, deve contribuir para tornar o sujeito crítico socialmente. Devido a isto, é preciso pensar a escola com um novo olhar, conforme afirma Candau (2000, p. 15):

Na reinvenção da escola, a questão da cidadania é fundamental. Não de uma perspectiva puramente formal do tema, mas a partir de uma abordagem que concebe a cidadania como uma prática social cotidiana, que perpassa os diferentes âmbitos da vida, articula o cotidiano, o conjuntural e estrutural, assim como o local e o global, numa progressiva ampliação do seu horizonte, sempre na perspectiva de um projeto diferente de sociedade e humanidade.

Os sujeitos, independentemente da idade, gênero ou cor, têm um enorme potencial, e estão aptos a aprender. O aprender além do acúmulo de informações. Sua capacidade de pensar e refletir não é limitada ou acabada, pelo contrário, somos sujeitos inacabados, e estamos em constante transformação, e por meio da aprendizagem é possível o desenvolvimento e aprimoramento pessoal e intelectual do sujeito.

Dessa maneira, a escola que leva em conta a importância de trabalhar a cidadania é imprescindível, pois formar o sujeito enquanto cidadão é despertar atitudes que podem levar a busca de interesses sociais, políticos, econômicos, contribuindo para que estes percebam a sua importância como indivíduo em meio a sociedade e na vida do outro, pois, a educação é um processo multidimensional, ou seja, está pautada na dimensão humana, dimensão técnica e político social, fazendo-se necessário formar os estudantes em todas as dimensões, não apenas na dimensão técnica.

A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES FRENTE ÀS DIVERSIDADES CULTURAIS E SOCIAIS NO ÂMBITO EDUCACIONAL

A formação é primordial para o exercício do professor, fazendo-se necessário formar o profissional em sua totalidade, não apenas uma formação fragmentada afim de atender pré-requisitos. Partindo desse pressuposto, a formação deve ser contextualizada, para que o professor ao adentrar na sala de aula possa trabalhar de maneira que não exclua seus alunos, respeitando as diversidades culturais e sociais de cada sujeito.

A escola é um ambiente heterogêneo, com diversas culturas, crenças e valores, por isso não é um espaço neutro, possuidor de uma ideologia dominante. Nesse sentido, o papel do professor é fundamental, se o mesmo recebeu uma formação inicial e continuada que visam não

somente a reprodução em si, mas o desenvolvimento global do sujeito, seu papel é indispensável para mudanças no âmbito educacional.

O professor é o mediador entre o conhecimento e o aluno. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº. 9.394/96), em seu art. 32, enfatiza que, para o Ensino Fundamental, a formação básica do cidadão tem como objetivos:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimento e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Como podemos perceber, a formação do sujeito vai além da aquisição da escrita, e o domínio da leitura e do cálculo. É preciso formar indivíduos capazes de compreender seu papel enquanto sujeito social, político, aptos a atuarem criticamente em busca de melhorias e trabalho justo, igualitário. Necessita-se da formação de sujeitos ativos, com vasta aquisição de conhecimento e habilidades, pessoas com atitudes, valores e ética. Enfim, formar sujeitos em sua totalidade, não indivíduos heterônomos que deixam-se manipular pelas mídias e discursos cristalizados, sendo apenas “marionetes” nas mãos das pessoas que detêm o poder.

Na formação do professor é fundamental subsidiá-lo para uma prática que busque trabalhar os objetivos básicos proposto pela Lei, formando por meio da educação sujeitos críticos, a fim de compreender seus direitos e deveres como cidadão. Para Candau (1988) a educação, nesse sentido, pode ser vista como um processo de crescimento pessoal, interpessoal e grupal, onde o professor é considerado como o facilitador deste crescimento, com isso, o processo de formação deve estar voltada à aquisição de atitudes necessárias para o desenvolvimento humano e social.

Partindo dessa conjectura, o papel do professor se vê em xeque no bojo do próprio questionamento sobre a sua função e da escola, pois,

Do ponto de vista da escola, a sua importância e a dos professores – historicamente vistos como detentores e produtores de conhecimentos – são colocadas em questão, fazendo com que, na condição de instituição social, ela se veja obrigada a repensar seu papel e o dos docentes, em uma perspectiva de reconstrução de sua prática, de sua formação e da forma como lidam com a produção e a transmissão do conhecimento. (CANDAU, p. 17-18).

A formação, nesse sentido, deve ter como objetivo a formação da consciência crítica acerca da educação e o papel que ela desempenha na sociedade, o que implica num compromisso em prol da melhoria da qualidade de ensino, considerando-se as possibilidades e os limites no ato de ensinar em relação aos determinantes socioeconômico e político da sociedade. Desse modo, a prática do professor deve se revelar como resposta às necessidades da realidade educacional e social. (CANDAUI, 1988).

Em vista disso, o professor precisa compreender as necessidades de seus alunos e estar atento a organização e reorganização dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Logo, o professor precisa dispor de práticas que favoreçam o processo de ensino e aprendizagem de todos alunos, uma vez que, a escola dispõe de diversas culturas, crenças e pessoas de diversos meios sociais. Assim, cabe ao professor buscar meios para que se possa trabalhar toda essa diversidade cultural, não discriminando e, principalmente, excluindo o aluno por sua cultura ou crença religiosa.

Rossini (2008, p. 44), esclarece o papel do professor e sua importância para formação do sujeito,

A figura do professor é de extrema importância na formação de crianças e dos jovens: A família de hoje conta muito com a escola, ou seja, com seus professores na formação das crianças e dos jovens. Ela precisa estar informada sobre a linha de conduta que a escola tem para com seus filhos e, o que é fundamental, concordar com esta linha: é preciso falar a mesma língua.

Podemos perceber que o professor é fundamental no processo de ensino e aprendizagem, e na formação do sujeito em sua plenitude, no entanto, a escola deve preocupar-se em oferecer uma resposta ao aluno sobre sua aprendizagem, através de relatórios de avaliação, notificando as etapas que o aluno conseguiu vencer, o que ainda não conseguiu e as dificuldades que apresenta. Nesse processo, o papel da família é essencial, pois família e escola necessitam andar juntas em prol de um único objetivo. Assim, a escola não pode ser vista apenas como meio de trabalhar os conteúdos pré-estabelecido.

A formação, inicial e continuada dos professores deve contemplar o seu conhecimento mediante as diversidades encontradas na sala de aula, seja de cunho cultural, social ou econômico. Desse modo, a formação precisa ser fonte de conhecimento e estratégias de ensino que visam trabalhar a diferença e as diversidades, contribuindo para o desenvolvimento de sujeitos capazes de viver em meio as diversidades políticas, econômicas e sociais.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA E SEUS EFEITOS NA CONSCIENTIZAÇÃO CRÍTICA DOS ESTUDANTES

O professor é o mediador do conhecimento, precisa estar apto não somente ao ato de ensinar, mas também dispostos a proporcionar uma prática reflexível diante de múltiplos fatores que interferem no processo de ensino e aprendizagem, criando estratégias e métodos de ensino que possam contribuir na formação do aluno.

Nesse sentido, o papel do professor assume uma importância ainda maior, pois

Passa a criar e mediar processos de aprendizagem, promovendo situações desafiadoras e investigativas, que despertem nos estudantes o interesse pelo conhecimento. Essa, a nosso ver, não é uma tarefa simples, tendo em vista a infinidade de estímulos, aparentemente mais atraentes que o mundo tecnológico globalizado apresenta aos jovens de hoje. Para superar tais dificuldades, a escola precisa conhecer o contexto no qual seus alunos estão inseridos, e, a partir daí, atraí-los, despertando o desejo de descobrir quais conhecimentos, princípios, técnicas e interesses estão por trás dessas inovações, desses movimentos sociais e culturais que tanto os atraem. (LOPES, 2011, p. 10).

É imprescindível que o professor seja motivador, e leve em conta os aspectos sociais e emocionais, que contribuem de forma direta ou indireta no processo de ensino e aprendizagem. Diante disto, é de suma importância que o educador reflita acerca da sua prática e como ela pode vir a colaborar na formação de sujeitos críticos e ativos. Candau (2000, p. 13) enfatiza que:

Os processos educativos se desenvolvem a partir de diferentes configurações. A pluralidade de espaços, tempos e linguagens deve ser não somente reconhecida, como promovida. A educação não pode ser enquadrada numa lógica unidimensional, aprisionada em uma institucionalização específica. É energia de vida, de crescimento humano e de construção social. O importante é seu horizonte de sentido: formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade. Não podemos inibir o horizonte utópico da educação para colocá-la numa lógica funcional ao mercado e puramente instrumental. Sem horizonte utópico, indignação, admiração e sonho de uma sociedade justa e solidária, inclusiva, onde se articulem políticas de igualdade e de identidade, para nós não existe educação. Pode haver instrução, treinamento, por mais sofisticados que sejam, mas o dinamismo da educação é cerceado [...]

Os professores realmente comprometidos com o progresso dos estudantes, criam situações que desenvolvem e exploram conjuntos de experiências capazes de ajudar os alunos a se analisarem e refletirem sobre as diferentes maneiras de pensar, vivendo, experimentando e percebendo o ser humano como particular e como ser social.

Nesse sentido, a educação, tanto no sentido amplo como restrito, exerce uma função social. Isso significa que “a educação exerce influência decisiva na formação humana, o que leva ao entendimento de que as práticas sociais e competição estão de maneira prevalente no espaço social, representadas pela busca do ter e do poder, principalmente na sociedade de consumo”. Logo, os professores devem visar em sua prática as questões sociais e não apenas a transmissão de conteúdo. (ORTH; MEDEIROS; PEREIRA, 2001 p. 128).

A prática do professor deve contribuir para autonomia e emancipação do sujeito, para que os mesmos tornem-se sujeitos consciente e para que não sejam manipulados, percebendo que há contradições sociais no meio em que está inserido. A prática não deve estar voltada ao ensino repetitivo e conservador, pois, a escola tem uma função social, de educar e instruir para vida. Por isso,

As práticas educativo-pedagógicas solidárias, coletivas e reflexivas podem levar à conscientização crítica. Potencializar e creditar práticas educativo-pedagógicas solidárias e coletivas torna-se necessário na sociedade atual. Isso quer dizer que é indispensável reverter o quadro atual com práticas educativo-pedagógicas nas quais os indivíduos possam vivenciar comportamentos, hábitos e atitudes de construção coletiva, de solidariedade, ou seja, conduzir ações de experimentação, de apreensão das aprendizagens a serem propostas nos níveis cognitivo, afetivo e psicomotor. (ORTH; MEDEIROS, PEREIRA 2001, p. 129).

O que se percebe é que a práticas tanto solidárias como coletivas podem promover a consciência crítica dos sujeitos. Logo, o fazer pedagógico do professor não deve estar pautado apenas na “transmissão” do conteúdo com a finalidade de formar indivíduos heterônomo ou mão-de-obra para o mercado de trabalho.

É preciso utilizar uma prática pedagógica com a finalidade de formar indivíduos ativos, reflexivos, agentes sociais, participante na sociedade. Tal prática utilizada pelo professor deve ter efeitos positivos na conscientização dos alunos, de modo “a contribuir para a formação de cidadãos capazes de construir alternativas e saídas para desafios que lhes são colocados no cotidiano”. (UNESCO, 2004, p. 18). Já que, a educação dispõe um conceito relativo em função dos valores individuais e sociais, fazendo necessário que o professor os trabalhe no contexto da sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível perceber durante este trabalho que tivemos alguns avanços em relação ao direito à educação, um direito conquistado por meio das leis, entretanto, este acesso muitas

vezes é negado, fazendo com que este direito constitucional seja violado, levando a não efetivação das leis, permanecendo apenas no texto político e no discurso.

Com isso, apenas a conquista do direito à educação não garante a emancipação social e política do cidadão, porque há uma ordem social que determina como deve ser a escola e a sua finalidade. Nessa perspectiva, percebemos que a finalidade muitas vezes não se configura em formar pessoas críticas e políticas, e sim pessoas heterônomas para atuar na sociedade de acordo com o que o Estado determina. No entanto, é de suma importância que a sociedade se perceba como parte do Estado, e que esse Estado é uma representação nossa, e deve intervir por nossos interesses.

Muitas vezes, as escolas acabam alienando os estudantes através do sistema, para que não se percebam como indivíduos capazes de lutar por seus direitos. Faz-se necessário a valorização dos professores em prol da formação continuada, para que ele possa dispor de práticas que venham a contribuir para o pleno desenvolvimento do indivíduo. Como mediador do conhecimento o professor tem o papel fundamental e essencial na conscientização dos sujeitos, buscando formar indivíduos críticos, reflexivo e ativos frente às diversidades culturais, sociais e econômicas, e não sujeitos heterônomo que aceitam o que a sociedade determina sem questionar e opinar de forma crítica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Darcy Ribeiro. LDBEN: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional (Lei 9394/1996)**. [recurso eletrônico] Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CANDAU, Vera Maria. **Reinventar a escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Rumo a uma nova Didática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Igualdade, direito à diferença**. Cadernos de Pesquisa, n. 116, julho/2002.

IHERING, Rodolf Von. **A Luta pelo direito**. 2.ed. São Paulo: Martin Claret, 1891/2008.

LOPES, Celi Espasandin. OS DESAFIOS E AS PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO. In. **A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO** (Sessão Trabalho Encomendado – Anped34). 2011.

ROSSINI, Maria Augusta Sanches. **Pedagogia afetiva**. 10.ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
(Coleção Educação Contemporânea)

ORTH, Mara Rúbia Bispo; MEDEIROS, Marina; PEREIRA, Giovana. **Democracia e cidadania na educação escolar**. Perspectiva, Erechim. v.35, n.131, setembro/2011.

_____. **O perfil dos professores brasileiros: o que pensam, o que fazem, o que almejam...** Pesquisa Nacional UNESCO. São Paulo: Moderna, 2004.